



Nº 25 - 30/11/2016

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZASSEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2013/2017, REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a vigésima quinta reunião de dois mil e dezasseis da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, comigo, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica. Ausente desta reunião esteve o Senhor Vereador João Miguel Amaro Marques, por motivos pessoais, falta que foi considerada justificada.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela Senhora Presidente:

1. **PROPOSTA DE MOÇÃO “NÃO ÀS TAXAS DE ACESSO ÀS ESTRADAS NACIONAIS”**
2. **PROPOSTA DE PROTOCOLO/ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO COM A EDP DISTRIBUIÇÃO**
3. **AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**
 - A) Processos de Licenciamento, Requerimentos e Diversos
 - B) Projetos Municipais
4. **APOIO OPERACIONAL, OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO**
 - A) Empreitada de “Construção de Edifício da Oficina da Criança” – Auto de Medição nº21
5. **ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA**
 - A) Apreciação da Situação Financeira
 - B) Aceitação de Doação de Parcela de Terreno para Equipamento/Verde
6. **SÓCIO CULTURAL**
 - A) Proposta de atribuição de subsídio – Clube de Ténis de Montemor-o-Novo – Participação de despesa em ação de formação de formadores
 - B) Proposta de atribuição de subsídio – Theatron, Associação Cultural – Apoio para atividade da Oficina de Teatro nas Freguesias – maio, junho e outubro de 2016
 - C) Proposta de atribuição de Cartão Social do Município – 2 Processos
7. **UNIDADE DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**
 - A) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora BRAXI, Tecnologia Unipessoal, Lda.
 - B) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora WOI – Whey on Ice, Lda.
 - C) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora Labcoco, Lda.

D) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora CORREIA SILVA MOREIRA, Lda.

8. PROPOSTA DE ATA Nº22 DE 31/10/2016

9. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

Período de Antes da Ordem do Dia

Dia Internacional Cidades Pela Vida – Cidades Contra a Pena de Morte

Na abertura do período de antes da ordem do dia interveio, em primeiro lugar, a Senhora Presidente informando que o município de Montemor-o-Novo assinala uma vez mais o Dia Internacional Cidades Pela Vida - Cidades Contra a Pena de Morte, de acordo com a deliberação por unanimidade da adesão a este movimento na Reunião de Câmara Municipal de 14 de outubro de 2015. Considerando a importância deste esforço pela abolição definitiva da pena capital no Mundo, em prol da Paz, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo aderiu a esta iniciativa assinalando este importante dia através da iluminação simbólica do edifício dos Paços do Concelho.

Programa RTP para Todos

Interveio novamente a Senhora Presidente para informar que o Programa RTP para Todos, Programa especial para assinalar o dia em que todos os canais da RTP chegam à TDT, vai realizar-se em Montemor-o-Novo, convidando a população a assistir ao programa que será transmitido em direto na RTP1, RTP3 e RTP Internacional, no dia 1 de Dezembro (Feriado), a partir do espaço em frente ao Cine-Teatro Curvo Semedo. Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vereador Olímpio Galvão referindo a importância destes programas na promoção e divulgação do concelho, por forma a mostrar o que Montemor-o-Novo tem de bom, esperando que mais iniciativas destas, que serão sempre bem-vindas.

Por Aqui há Natal

De novo no uso da palavra, a Senhora Presidente disse que irá realizar-se mais uma edição do Por Aqui Há Natal, uma iniciativa integrada no Protocolo Local, promovida pela Câmara Municipal, União de Freguesias de Vila, Bispo e Silveiras, Ficha Tripla e Associação Comercial do Distrito de Évora, com uma programação variada para a qual são todos convidados a participar.

Filme “A Aparição”, em Montemor-o-Novo

Continuando no uso da palavra, a Senhora Presidente disse que estão a decorrer em Montemor-o-Novo as filmagens para o filme “Aparição”, uma adaptação do romance de Vergílio Ferreira, com realização do cineasta português Fernando Vendrell. Salientou que a população será informada de quaisquer constrangimentos pontuais que ocorram em virtude destas filmagens, uma vez que são necessários alguns cortes de ruas durante este período. Interveio seguidamente o Senhor Vereador Henrique Lopes destacando a importância das filmagens deste filme. Mais disse que Portugal é reconhecido a nível Europeu pela excelente qualidade cinematográfica que produz. Deixa no entanto, uma nota negativa pela contradição: Montemor-o-Novo é palco de filmagens de um filme mas não tem regularmente uma programação de cinema. Salientou ainda que fica com esta mágoa, o facto de durante os últimos anos de mandato não ter visto concretizada esta sua vontade de ter uma programação de cinema em Montemor-o-Novo com a regularidade desejada. Disse ainda que as dificuldades financeiras são uma realidade mas isso não justifica tudo, entende que existe aqui um pouco de má vontade que faz com que não haja cinema em Montemor-o-Novo. Tomou seguidamente a palavra a Senhora Vereadora Carmen Carvalheira referindo que estas questões de programação televisiva são muito importantes na dinamização do concelho de Montemor-o-Novo. Salientou também a questão da falta de cinema, o que tem impacto não só a nível cultural mas também pedagógico pois ir ao cinema é também uma forma de aprender e de formar públicos. Interveio novamente a senhora Presidente salientando que compreende a forma apaixonada com que

o Senhor Vereador Henrique Lopes se refere ao cinema. No entanto, disse, em Montemor-o-Novo existe programação de cinema e cinema de qualidade. Referiu, como exemplo, a recente exibição do filme de José Manuel Ribeiro, Estilhaços, aliás produzido em Montemor. Reconhece, no entanto, a possibilidade de melhorar esta questão, numa intervenção futura.

Questões de trânsito

De novo no uso da palavra, a Senhora Vereadora Carmen Carvalheira deixou mais uma vez um alerta para a questão do trânsito na travessia da Avenida com acesso à Carreira de São Francisco. Disse que o semáforo, para quem vira à esquerda não é funcional e acontecem ali muitos acidentes de viação. Deixa também uma chamada de atenção para uma outra situação igualmente de perigo para os automobilistas: junto à Santa Casa da Misericórdia, o cruzamento também exige muito bom senso de quem habitualmente ali passa. Sugere que se equacione a possibilidade de melhoramento daquelas circunstâncias, disponibilizando os seus conhecimentos técnicos nesta matéria. Interveio de seguida a Senhora Presidente referindo que a questão do cruzamento junto à Santa Casa da Misericórdia já foi várias vezes abordada com a GNR por forma a se tentar encontrar uma possível melhoria ao nível da sinalização e a minimizar os constrangimentos que muitas vezes surgem nesta zona. Em relação à situação da Carreira de São Francisco disse estar relacionada com o aumento de tráfego que se tem vindo a verificar naquela zona, situação para a qual a Câmara está atenta.

Entrevista do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia

Tomou novamente a palavra o Senhor Vereador Olímpio Galvão questionando se houve desenvolvimentos sobre as questões referidas na entrevista que o Sr. Provedor deu a um jornal local. Disse a Senhora Presidente, sobre esta questão, que se realizou no dia 29 de novembro uma reunião com o Senhor Provedor para esclarecimento de algumas questões, nomeadamente a delimitação da propriedade que confronta com o Centro Escolar de Montemor-o-Novo. Aguarda por parte do Senhor Provedor alguns esclarecimentos para resolução dos problemas.

ORDEM DE TRABALHOS

1. PROPOSTA DE MOÇÃO “NÃO ÀS TAXAS DE ACESSO ÀS ESTRADAS NACIONAIS”

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Moção “Não às Taxas de Acesso às Estradas Nacionais”

Considerando que:

- 1. A Portaria n.º 357/2015, publicada a 14/10/15 pelo anterior Governo, impõe taxas a cobrar pela empresa Infraestruturas de Portugal, para acesso de passagens e de propriedades às estradas nacionais e ainda pela instrução de processos e emissão de pareceres. Aquelas taxas variam entre € 500 e € 200 e abrangem desde prédios rústicos a edifícios de habitação até, por exemplo, intervenções do Município em redes de águas e saneamento, sendo que nestes casos a taxa de € 500 se aplica por cada parecer que antecede a obra municipal em rede do serviço público essencial.*

Em relação ao Município de Évora, estas taxas já estão a ser aplicadas e significam, na prática, a transferência forçada de verbas municipais para financiamento daquela empresa.

- 2. Manifestamente, estas novas taxas não têm qualquer justificação, não correspondem a quaisquer novos serviços prestados, são injustas e imorais. Na verdade, parecem recuperar o conceito medieval de taxação na rede viária.*

Mais grave, aumentam substancialmente os custos das actividades económicas, da habitação, das autarquias locais, dos proprietários. São, sublinhe-se, mais um factor de despovoamento do interior e das zonas rurais,

a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária de 30 de novembro de 2016, deliberou por unanimidade:

- a) *Exigir a imediata suspensão das taxas e a anulação desta legislação inqualificável que, na prática, significa um aumento encapotado de impostos para financiar a empresa Infraestruturas de Portugal;*
- b) *Denunciar institucionalmente este confisco de rendimentos injustificado e injusto;*
- c) *Promover ações públicas de denúncia e exigência da suspensão das taxas e anulação da legislação;*
- d) *Dar conhecimento ao Governo, à Assembleia da República e ao Presidente da República desta tomada de posição.”*

Continuando no uso da palavra, a Senhora Presidente disse que já houve novos desenvolvimentos sobre esta questão, após ter sido apresentada uma proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República; no entanto mantém a proposta no sentido de reafirmar a tomada de posição agora proposta. Interveio seguidamente o Senhor Vereador Olímpio Galvão referindo que tem conhecimento que o Grupo Parlamentar do PS também levantou muitas objeções a esta Lei, entende que é quase um roubo autorizado com a qual não concorda pelo que os eleitos do PS votam favoravelmente esta proposta de Moção.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de Moção “Não às Taxas de Acesso às Estradas Nacionais”.

2. PROPOSTA DE PROTOCOLO/ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO COM A EDP DISTRIBUIÇÃO

De novo no uso da palavra a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“No âmbito da relação contratual entre o Município de Montemor-o-Novo e a EDP Distribuição, o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT), vem a EDP Distribuição propor a revisão do atual Anexo I do referido contrato. Os termos do “Novo Anexo I” foram previamente acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com o objetivo de serem comuns a todos os concedentes da distribuição em BT.

Este “Novo Anexo I” configura uma alteração do paradigma tecnológico dos equipamentos a incluir na infraestruturação da IP, com a adoção das luminárias LED com material corrente um quadro de prioridades pré-definidas. As prioridades na aplicação das novas luminárias LED, do “Novo Anexo I” foram definidas como o investimento nas novas infraestruturas, a substituição das luminárias de vapor de mercúrio e as luminárias de vapor de sódio de alta pressão obsoletas.

A EDP Distribuição pretende apoiar o aumento da eficiência energética no consumo de eletricidade para iluminação pública, através de um reforço muito significativo do investimento nesta atividade.

Neste âmbito, propõe-se aprovação do Protocolo de Aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão (BT), de acordo com a minuta em anexo.”

A referida minuta foi rubricada por todos os eleitos presentes na reunião, da qual e nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrita, ficando apensa aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de Protocolo/Aditamento ao Contrato de Concessão com a EDP Distribuição.

3. AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

A) Processos de Licenciamento, Requerimentos e Diversos

No âmbito do terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a Senhora Vereadora Palmira Catarro, submeteu à consideração do Executivo os seguintes processos:

Processos de Licenciamento

De: TEMPO DE LETRAS, LDA, requerendo a junção dos projetos de especialidades e licenciamento da obra de ampliação de turismo em espaço rural sito na Herdade do Carvalho, Monte do Barrocalinho, em Montemor-o-Novo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnicos responsáveis José Fernando de Almeida Coelho, engenheiro civil, Paulo Jorge Roque Marques, engenheiro mecânico, João José Matias Mira, engenheiro e Paulo Manuel dos Santos Freire, engenheiro civil

Data de entrada do requerimento: 16/11/2016

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: LOURENÇO MANUEL PINCANTE COELHO, requerendo aprovação do projeto e licenciamento da alteração da estrutura do prédio sito na Rua de Aviz, n.º 110-A, em Montemor-o-Novo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Carlos Miguel Brejo Barreiros, engenheiro civil.

Data de entrada do requerimento: 9/11/2016

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: ENREPO, LDA, requerendo aprovação do projeto de arquitetura e licenciamento das alterações efetuadas no decorrer da obra de construção de pavilhão agroindustrial sito na Herdade dos Cuncos do Meio, em Silveiras, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como Ana Sofia Ferreira Veiga, arquiteta.

Data de entrada do requerimento: 4/02/2016

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

Requerimentos

De: SOCIEDADE HERDADE CAMPO MAIOR DO MEIO, requerendo aprovação de ações de (re)arborização do prédio Courela da Vinha, freguesia de Cabrela.

Data de entrada do requerimento: 27/10/2016

(Ratificação do despacho da Sr.ª Vereadora de 14/11/2016: “*Concordo. Proceda-se de acordo com o parecer emitido*”)

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: SOCIEDADE HERDADE CAMPO MAIOR DO MEIO, requerendo aprovação de ações de (re)arborização do prédio da Herdade Campo Maior do Meio, freguesia de Cabrela.

Data de entrada do requerimento: 27/10/2016

(Ratificação do despacho da Sr.ª Vereadora de 17/11/2016: “*Concordo. Proceda-se de acordo com o parecer emitido*”)

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

Diversos

Declaração de caducidade do alvará de obras n.º 78/08 referente à construção de moradia e anexo, sito na Rua Florbela Espanca, n.º 7, em Silveiras, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará, de acordo com o parecer da Gestão Urbanística.

Declaração de caducidade do alvará de obras n.º 14/2011 referente à construção de moradia sita nas Courelas da Mata, na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará, de acordo com o parecer da Gestão Urbanística.

Declaração de caducidade do alvará de obras n.º 11/2011 referente à ampliação do lar de idosos, sito na Rua Bernardino Machado, n.º 5, em Lavre, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará, de acordo com o parecer da Gestão Urbanística.

Declaração de caducidade do alvará de obras n.º 32/2011 referente à remodelação e ampliação de moradia, sita na Rua Joaquim Rodrigues Amaro, n.º 14, em Montemor-o-Novo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará, de acordo com o parecer da Gestão Urbanística.

B) Projetos Municipais

De novo no uso da palavra a Senhora Vereadora apresentou as seguintes propostas, no âmbito do Projetos Municipais:

Trabalho de adaptação dos projetos do Cineteatro Curvo Semedo – Revisão da estimativa orçamental.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de acordo com o parecer dos serviços.

Projeto das Instalações municipais na Adua/Infraestruturas de Urbanização

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido Projeto de acordo com o parecer dos serviços.

4. APOIO OPERACIONAL, OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) Empreitada de “Construção de Edifício da Oficina da Criança” – Auto de Medição nº21

Intervio seguidamente o Senhor Vereador António Pinetra submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Submete-se à Reunião de Câmara, a aprovação do Auto de Medição N.º 21, ao abrigo do artigo 387.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e alterações posteriores, dos trabalhos executados pela empresa COMPORTO – Sociedade de Construção, S.A.

Valor dos trabalhos 33.395,53 €

Valor do auto por extenso: trinta e três mil trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta e três cêntimos. A este valor acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Valor acumulado dos Autos de Medição anteriores – 753.604,01 €

Valor percentual acumulado de execução física – 63,26 %

Valor percentual do auto em aprovação – 2,80 %

Foram cumpridas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos Senhores Vereadores do PS, aprovar a proposta de Auto de Medição N.º 21, referente à empreitada mencionada em epígrafe.

5. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) Apreciação da Situação Financeira

Interveio seguidamente a Senhora Presidente para dar conhecimento ao Executivo da Situação Financeira do Município de acordo com a seguinte informação:

“Junto envio Resumo da Tesouraria do dia 29/11/2016, afim de ser distribuído na reunião de Câmara.

Para uma leitura mais rápida do mesmo, faço alguns esclarecimentos quanto à sua apresentação.

No resumo constam todos os movimentos financeiros do dia, acumulados e saldos para o dia seguinte, bem como o total das disponibilidades do Município, por caixa e Bancos.

Relativamente ao total das disponibilidades (2.634.770,33 euros) é a soma de todos os saldos dos bancos (2.625.881,17 euros) e o total do valor em caixa (8.889,16 euros).

O total das disponibilidades referido é dividido em Operações Orçamentais (2.247.038,61 euros) e Operações não Orçamentais (Operações de Tesouraria 387.731,72 euros).

As disponibilidades Orçamentais são o total da soma dos saldos de todos os bancos, exceto as contas de operações de tesouraria – 9011 e 8139, (2.238.149,45 euros) e o numerário em caixa, da parte orçamental (5.889,16 euros) e ainda 3.000,00 do fundo de maneiio, constituído nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Controlo Interno).

As disponibilidades não Orçamentais são o total das contas de Operações de Tesouraria (9011 e 8139 – 387.731,72 euros) e o numerário em caixa da parte não orçamental (que neste dia não há valores).”

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação apresentada.

B) Aceitação de Doação de Parcela de Terreno para Equipamento/Verde

Interveio novamente a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“1. No âmbito da operação de loteamento de parte do prédio designado por “Horta do Coxo”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Novo, sob a ficha n.º 307/19860926 e 733/19920121, da freguesia de Nossa Senhora da Vila e inscrito na matriz cadastral rústica sob o artigo 156-T da respetiva freguesia, operação esta aprovada por deliberação camarária de 29 de junho de 2016 e titulada pelo Alvará de Loteamento N.º 2/2016, emitido em 15 de julho de 2016, em nome de “Cooperativa de Habitação Económica – A Alentejana”, portadora do NIF 500596549 foi cedida gratuitamente ao Município para integração no seu “domínio privado” uma parcela de terreno com a área de 3.241,40 m² destinada para os fins de “Equipamento/Verde”;

2. A parcela ficará a confrontar de Norte com Lote de Marco Paulo Vaz Monteiro e Che, de Sul com Via Pública, de Nascente com Espaço Verde Público e Che e de Poente com Via Pública;

3. Tendo em conta a celebração da escritura no Notário Público, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a aceitação da referida doação para integração no domínio privado, do Município de Montemor-o-Novo, para posterior regularização do Equipamento ali existente.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a referida Doação de Parcela de Terreno para integração no seu domínio privado, destinada para os fins de Equipamento/Verde.

6. SÓCIO CULTURAL

A) Proposta de atribuição de subsídio – Clube de Ténis de Montemor-o-Novo – Comparticipação de despesa em ação de formação de formadores

Interveio novamente a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“No seguimento do pedido de apoio efetuado pelo Clube de Ténis de Montemor-o-Novo e no âmbito do Protocolo de apoio às Escolas de Modalidade, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, ao Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, no valor de 70,82 € (Setenta Euros e Oitenta e Dois Cêntimos), para participação de dois elementos do Clube numa ação de formação para formadores, que se realizou no Porto, entre os dias 14 e 16 de Outubro/16 e cuja despesa total foi de 141,63 €.

Informamos também, que este valor tem como critério base o pagamento até 50% das despesas de participação dos técnicos e dirigentes em ações de formação, até ao montante máximo de 100,00€/ano, nos termos do número II, ponto 5 do Protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 3 de Abril/13.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de subsídio.

B) Proposta de atribuição de subsídio – Theatron, Associação Cultural – Apoio para atividade da Oficina de Teatro nas Freguesias – maio, junho e outubro de 2016

Continuando no uso da palavra, a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do nº 2 do art.º 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, seja atribuído um subsídio à Associação Cultural Theatron, para apoio à Oficina de Teatro realizada nas freguesias de Foros de Vale Figueira, Ciborro e S. Cristóvão, referente aos meses de Maio, Junho e Outubro 2016, no valor total de 1110,00 € (mil cento e dez euros) de acordo com as tabelas mensais enviadas, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis.

Mês de Maio 2016

Localidade	Nº alunos	Nº horas/mês	Compart. Mensal p/aluno	Subs.Mensal p/aluno	Subsidio Atribuído p/aluno	Total
<i>Foros Vale Figueira</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>120,00€</i>
<i>Ciborro e S. Geraldo</i>	<i>21</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>210,00€</i>
<i>S. Cristóvão</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>120,00€</i>
	<i>45</i>					<i>450,00€</i>

Mês de Junho 2016

Localidade	Nº alunos	Nº horas/mês	Compart. Mensal p/aluno	Subs.Mensal p/aluno	Subsidio Atribuído p/aluno	Total
<i>Foros Vale Figueira</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>120,00€</i>
<i>Ciborro e S. Geraldo</i>	<i>21</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>210,00€</i>
<i>S. Cristóvão</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>120,00€</i>
	<i>45</i>					<i>450,00€</i>

Mês de Outubro 2016

Localidade	Nº alunos	Nº horas/mês	Compart. Mensal p/aluno	Subs.Mensal p/aluno	Subsidio Atribuído p/aluno	Total
<i>Ciborro e S. Geraldo</i>	<i>21</i>	<i>6</i>	<i>5,00€</i>	<i>12,00€</i>	<i>10,00€</i>	<i>210,00€</i>

	21				210,00€
--	----	--	--	--	---------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de subsídio.

C) Proposta de atribuição de Cartão Social do Múncipe – 2 Processos

Intervio novamente a Senhora Presidente para apresentar a seguinte proposta:

“No âmbito do Programa Integrado de Apoio Social, nomeadamente do Eixo 6, informa-se que existem 2 processos completos de requerentes de Cartão Social Mor Solidário.

Após análise dos processos conclui-se que um se encontra dentro dos parâmetros do escalão B (entre 60% e 80% do IAS) e outro dentro dos parâmetros do escalão C (entre 80% e 90% do IAS). Assim submete-se à aprovação Superior dos referidos processos, que se encontram disponíveis para consulta no gabinete de Ação Social.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de Cartão Social do Múncipe.

7. UNIDADE DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora BRAXI, Tecnologia Unipessoal, Lda.

Continuando no uso da palavra a Senhora Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Após análise da candidatura nº 23 da promotora BRAXI, Tecnologia Unipessoal, Lda.

(incubação virtual de empresa de serviços que pretende desenvolver formas de licenciamento dos direitos de utilização de patentes, tecnologias e transferência de conhecimentos e outras prestações de serviços na área da investigação científica e energética), para instalação no CAME – Centro de Acolhimento às Micro e PME do Concelho de Montemor-o-Novo, pelas entidades que constituem a Comissão de Avaliação e Análise (Câmara Municipal, ADRAL, PCTA e Marca), foi produzido o parecer final do projeto, documento que se remete em anexo.

Este documento já foi aprovado e rubricado pelas entidades que constituem a Unidade de Gestão (Câmara Municipal e ADRAL), e que agora se submete para ratificação do executivo.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido Parecer.

B) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora WOI – Whey on Ice, Lda.

Intervio seguidamente a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Após análise da candidatura nº 24 da promotora WOI – Whey on Ice, Lda. (incubação virtual de empresa que pretende iniciar processo de implementação de uma unidade de produção, desenvolvimento e comercialização de gelados funcionais), para instalação no CAME – Centro de Acolhimento às Micro e PME do Concelho de Montemor-o-Novo, pelas entidades que constituem a Comissão de Avaliação e Análise (Câmara Municipal, ADRAL, PCTA e Marca), foi produzido o parecer final do projeto, documento que se remete em anexo.

Este documento já foi aprovado e rubricado pelas entidades que constituem a Unidade de Gestão (Câmara Municipal e ADRAL), e que agora se submete para ratificação do executivo.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido Parecer.

C) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora Labcoco, Lda.

De novo no uso da palavra a Senhora Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Após análise da candidatura nº 25 da promotora Labcoco, Lda. (incubação virtual de empresa em processo inicial de criação de uma unidade industrial de produção de óleo de coco), para

instalação no CAME – Centro de Acolhimento às Micro e PME do Concelho de Montemor-o-Novo, pelas entidades que constituem a Comissão de Avaliação e Análise (Câmara Municipal, ADRAL, PCTA e Marca), foi produzido o parecer final do projeto, documento que se remete em anexo. Este documento já foi aprovado e rubricado pelas entidades que constituem a Unidade de Gestão (Câmara Municipal e ADRAL), e que agora se submete para ratificação do executivo.”
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido Parecer.

D) CAME – Parecer Final da Unidade de Gestão – Promotora CORREIA SILVA MOREIRA, Lda.

Retomou a palavra a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Após análise da candidatura nº 26 da promotora CORREIA SILVA MOREIRA, Lda. (incubação virtual inicial de suporte à institucionalização de uma nova empresa que prestará serviços de apoio à rastreabilidade de matrículas de automóveis. A empresa irá adquirir uma plataforma inovadora e única em âmbito internacional, e realizará a parametrização e adaptação à realidade nacional e comunitária), para instalação no CAME – Centro de Acolhimento às Micro e PME do Concelho de Montemor-o-Novo, pelas entidades que constituem a Comissão de Avaliação e Análise (Câmara Municipal, ADRAL, PCTA e Marca), foi produzido o parecer final do projeto, documento que se remete em anexo.

Este documento já foi aprovado e rubricado pelas entidades que constituem a Unidade de Gestão (Câmara Municipal e ADRAL), e que agora se submete para ratificação do executivo.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido Parecer.

8. PROPOSTA DE ATA Nº22 DE 31/10/2016

A referida proposta de Ata transitou para a próxima reunião de Câmara Municipal.

9. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

No período reservado ao atendimento de munícipes, não estiveram presentes os Senhores Vereadores Olímpio Galvão e Carmen Carvalheira. Não compareceu também qualquer munícipe interessado em colocar questões.

Aprovação da ata em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

